

Ao Editor —

Como um dos 7 netos de Carlos Lacerda, li com atenção o artigo “A Volta do Lacerdismo à política brasileira”, de Ricardo Lewandowski e fui surpreendido pela falta de senso de oportunidade e incoerência, no que pretende ser uma denúncia ao discurso agressivo e ao moralismo oportunista. O texto não menciona, mas todo mundo sabe, quais os fatos denunciados, por quem, e por que alvos de denúncias merecem tratamento diferente do “devido processo legal”.

A capacidade de indignação das pessoas de bem não pode ser desqualificada sem que se esgotem os mecanismos independentes de apuração. Do mesmo modo, a descrença nas instituições frequentemente nasce tanto de denúncias quanto de omissões, lentidão e conflitos de interesse por parte dos próprios ocupantes dos poderes; o autor do artigo entre eles.

É útil lembrar o que representou Carlos Lacerda: líder oposicionista ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, jornalista combativo, orador enérgico e figura polarizadora que denunciou práticas autoritárias e corrupção — atuando tanto no jornalismo quanto na política e quase vítima de atentado político (o caso que vitimou o major Rubem Vaz). Sua força foi a capacidade de mobilizar opinião pública através de ataque retórico e investigação jornalística, mas também o caráter confrontador que polarizou o debate.

A “banda de música da UDN” reunia nomes como Afonso Arinos de Melo Franco (jurista, diplomata e defensor do Estado de Direito), Bilac Pinto (jurista e parlamentar de perfil liberal), Aliomar Baleeiro (jurista, ministro do STF e diplomata, conhecido por técnica e erudição), Adauto Lúcio Cardoso (jurista e ministro do STF, reputado por rigor jurídico) e Prado Kelly (jurista, parlamentar e ministro do STF, articulador político). Esses atores se destacavam pela oratória, erudição jurídica, zelo institucional e capacidade de fazer do jornalismo e do parlamento arenas de controle político e estrito rigor técnico em suas decisões no STF; ao mesmo tempo em que representavam posições firmes contra o nacional-populismo da época.

Mais do que discursos de ódio ou saudosismo pela retórica combativa, precisamos hoje de instrumentos e atitudes que unam vigor crítico e rigor probatório: imprensa livre e responsável, instituições de investigação céleres e independentes, e autoridades dispostas a esclarecer fatos, não apenas a rotular opositores. Só assim se protege o bem comum que Aristóteles valorizava — justiça, equidade e debate racional.

Atenciosamente,

Carlos Augusto M. Lacerda